

ATA NÚMERO 198/XII/3.^a SL

17.junho.2014 – 15h00

Aos 17 dias do mês de junho de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Conselho Nacional de Educação, para apresentação do Relatório sobre Políticas Públicas de Educação Especial

5. Projeto de Lei n.º 606/XII/3.^a (PCP) – Cria o Museu Nacional da Indústria Naval

- Apresentação da iniciativa pelo autor

6. Projeto de Lei n.º 606/XII/3.^a (PCP) – Cria o Museu Nacional da Indústria Naval

- Apreciação e votação do parecer
- Deputado autor do parecer: Conceição Pereira – PSD

7. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para a audição do Ministro da Educação sobre Educação Especial; rede escolar e oferta formativa para o próximo ano letivo 2014/2015.

- Apreciação e votação

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

Dia 18 de junho de 2014 - 10h00 – Audiência com Ministro da Cultura da República Islâmica do Irão
Dia 24 de junho de 2014 - 14h30 – Conferência – O Futuro da Ciência em Portugal
Dia 25 de junho de 2014 - 10h00 – Audição SE Cultura

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de ata

A ata n.º 197/XII, relativa à reunião de 11 de junho de 2014, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1.** O Sr. Presidente alertou os Senhores Deputados para a necessidade de informarem, antecipadamente, a Comissão sempre que efetuarem deslocações em representação da Comissão, quer em território nacional, quer no estrangeiro, para poderem ser tomadas as

devidas diligências e procedimentos pelos serviços, nos quais se incluem o pedido de autorização à Senhora Presidente da Assembleia da República e a inserção dos dados na atividade dos Deputados.

Sublinhou ainda que as deslocações/representações que resultam de convites remetidos aos coordenadores ou membros dos Grupos de Trabalho, no âmbito da sua atividade, devem ser lançadas na atividade do Grupo de Trabalho.

- 3.2. Informou que foi recebido um pedido de audiência de um grupo de 128 enfermeiros, que pretende apresentar a sua posição sobre as linhas estratégicas para o Ensino Superior. Tendo o Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) recebido, no passado dia 11 de junho, os diretores das Escolas de Enfermagem de Lisboa, Porto e Coimbra, sobre a mesma temática, foi deliberado que receberá também esta delegação, numa reunião aberta a todos os Deputados.
- 3.3. O Senhor Presidente recordou que os Relatórios de Atividades dos Grupos de Trabalho da Comissão devem ser entregues até ao dia 30 de junho.
- 3.4. Lembrou ainda a realização, no dia seguinte, pelas 10h00, da audiência ao Ministro da Cultura da República Islâmica do Irão.

4. Audição do Conselho Nacional de Educação, para apresentação do Relatório sobre Políticas Públicas de Educação Especial

O Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) fez uma breve apresentação do trabalho desenvolvido pelo CNE, na sequência da Deliberação aprovada pela Assembleia da República. Para além do parecer, que reflete o estado atual da Educação Especial e que foi aprovado por unanimidade, o relatório inclui ainda um relatório técnico, da responsabilidade de três assessores do CNE.

Interveio, seguidamente, a Dra. Anabela Grácio, relatora do parecer, que fez uma breve referência à metodologia adotada e que incluiu a realização de 32 audições a diversos intervenientes na área da Educação Especial, a revisão da literatura, no contexto nacional e europeu, e a análise do enquadramento legal.

Relativamente às conclusões, afirmou que se verifica consenso quanto à educação inclusiva e que se considera adequado o enquadramento legal, pese embora se questione a sua aplicabilidade. De entre os principais constrangimentos apontados, destacam-se os seguintes: elegibilidade, exames nacionais, desigualdades ao nível do território, subsídio de Educação Especial, Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), formação de professores, princípio da urgência e da pertinência e articulação entre as várias instituições.

Relativamente à formação de professores, entende-se que carece de uma intervenção urgente, não apenas no que se refere à formação geral, mas também à formação específica, para a qual não existe qualquer regulação, proliferando formações, cuja qualidade é duvidosa.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD), que cumprimentou o Sr. Presidente do CNE, pela forma como acolheu a solicitação da Assembleia da República, considerando que as recomendações apresentadas vão ao encontro das preocupações identificadas pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial. Manifestou a sua preocupação relativamente ao Currículo Específico Individual (CEI) e ao Plano Individual de Transição (PIT) e ainda no que se refere a algumas formações ministradas, considerando que a Educação Especial deveria constituir uma matriz comum a qualquer candidato à docência.

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) saudou o CNE pela elaboração do relatório, considerando que se verificam algumas lacunas na área da Educação Especial, desde logo ao nível da definição do conceito de necessidades educativas especiais, de público-alvo e de critérios, mas também no que se refere à falta de recursos, ausência de respostas em determinadas zonas do País, turmas numerosas e falta de formação dos profissionais. Afirmou

que a legislação carece de aperfeiçoamento, no sentido da garantia da equidade educativa, e colocou, por fim, algumas questões, nomeadamente sobre se as conclusões do relatório vão ao encontro das conclusões do relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Governo e se a CIF, se aperfeiçoada, poderá responder à necessidade dos alunos.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) saudou a delegação do CNE e colocou algumas questões, nomeadamente sobre a justificação para o aumento do número de alunos na Educação Especial, em particular no 3.º ciclo, sobre a questão da elegibilidade e a necessidade de proteção das crianças que não se encontram abrangidas pelo DL n.º 3/2008, e perguntou ainda se entendem que os recursos são escassos ou se estão, antes, mal geridos, se propõem alterações relativamente à avaliação externa e se a transição do pré-escolar para o 1.º ciclo exige algum tipo de intervenção.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) cumprimentou a delegação do CNE pela elaboração do relatório e referiu-se às limitações da atual legislação, identificadas no parecer, nomeadamente no que se refere às necessidades temporárias, às dificuldades de aprendizagem e à necessidade de uma medida mais flexível entre o Currículo Específico Individual (CEI) e o Plano Individual de Transição (PIT). Considerou que o parecer faz o diagnóstico da situação mas não refere a necessidade de alteração da legislação, a centralidade da CIF, o enquadramento da Portaria n.º 275-A/2012 e as escolas de referência, pelo que solicitou esclarecimentos sobre estas questões.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) cumprimentou a delegação do CNE pelo trabalho rigoroso, sério e conciso que desenvolveu, que considerou um contributo inestimável, e destacou algumas das conclusões: a atual legislação deixa desamparado um vasto conjunto de alunos e não existe equidade na distribuição dos recursos. Assim, considerou que existe controvérsia entre este relatório, que refere a necessidade de legislação abrangente, e o relatório do grupo de trabalho criado pelo Governo, que parece apontar no sentido da restrição dos apoios na Educação Especial. Concluiu, sublinhando a necessidade de se fazer prova de valores humanistas.

Respondendo às questões colocadas, a Dra. Anabela Grácio esclareceu que a CIF foi considerada, por muitos, como um elemento importante na aferição da linguagem. Considerou, no entanto, que deverá ser um referencial e não o referencial e lembrou que a apropriação deste instrumento, como de qualquer outro, demora algum tempo.

Relativamente à formação, as conclusões apontam para a necessidade de intervenção junto dos professores que se encontram já no sistema, quer os de ensino regular, quer os de Educação Especial, e ainda junto dos assistentes operacionais e diretores.

De acordo com o parecer, a legislação deverá prever medidas para os alunos com necessidades transitórias e faz-se referência a um desencontro na lei, no que diz respeito à avaliação externa, por exemplo no caso da dislexia.

Em relação às escolas de referência, foi realçada a importância de os alunos surdos ou cegos estarem integrados numa comunidade, pese embora, por vezes, com implicações ao nível do seu desenraizamento. Ainda sobre as escolas de referência, e em particular no caso dos cegos, o relatório aponta no sentido de uma má distribuição dos recursos.

No que concerne ao subsídio de educação especial, o relatório aponta no sentido de as intervenções serem efetuadas em articulação com a escola e não em paralelo e o parecer é ainda claro quanto à necessidade de revisão da Portaria n.º 275-A/2012.

O Sr. Presidente do CNE terminou, afirmando que existe desadequação entre a lei e a realidade, sendo a administração, por vezes, incompetente em termos de capacidade de atuação e controlo. Afirmou que existem recursos mal utilizados e que se exige um esforço de racionalização, melhor distribuição e equidade no território, entendendo que não poderão faltar recursos para estes alunos. Chamou ainda a atenção para a importância da clarificação dos conceitos para que os critérios sejam também eles rigorosos e, fazendo alusão ao relatório do

Grupo de Trabalho do Governo, manifestou a sua satisfação pela semelhança ao nível do diagnóstico e das conclusões, verificando-se apenas divergência ao nível das medidas a tomar.

Concluiu, realçando a importância da formação dos profissionais (professores, técnicos, assistentes operacionais) e a definição dos perfis da formação inicial e especializada e anunciou que o CNE iniciou já um estudo sobre formação nesta área, cujos dados deverão ser incluídos no relatório do Estado da Educação, que será apresentado no próximo mês de setembro.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu a apresentação do relatório e anunciou que o mesmo será enviado para o Ministério da Educação e Ciência.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página da Comissão, na internet](#).

5. Projeto de Lei n.º 606/XII/3.ª (PCP) – Cria o Museu Nacional da Indústria Naval

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o Projeto de Lei, recordando que a Assembleia da República aprovou já iniciativas desta natureza, apontando o caso do Museu Nacional da Floresta e do Museu Nacional Ferroviário.

O debate realizou-se após a apresentação do parecer, que consta do ponto seguinte.

6. Projeto de Lei n.º 606/XII/3.ª (PCP) – Cria o Museu Nacional da Indústria Naval

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) apresentou o parecer.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS), que cumprimentou o autor da iniciativa pela forma como a mesma está redigida e pela importância da informação que contém. Manifestou a sua concordância em relação à necessidade de preservação da memória histórica, em especial nesta área, pese embora tenha reconhecido que o atual contexto de exiguidade financeira pode não ser favorável à criação do museu. Sublinhou ainda a importância da realização de audições, como forma de consolidar a posição sobre esta matéria, e defendeu que a criação de um Museu dos Descobrimentos, em articulação com outros museus e polos, deve merecer a atenção do legislador.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) cumprimentou os autores da iniciativa e a autora do parecer e realçou a relevância do enquadramento histórico que é efetuado no Projeto de Lei, entendendo, no entanto, que outros locais do País poderiam merecer essa honra, deixando esta questão para o debate em Plenário.

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) afirmou que o enquadramento resulta de um trabalho conjunto e esclareceu que o Projeto de Lei tem subjacente o entendimento do PCP, de que as verbas devem ser maioritariamente do Orçamento do Estado, pese embora possa não ser obrigatoriamente assim. Relativamente à conjuntura atual, recordou que estes são processos muito morosos, pelo que não vê qualquer impedimento para que se possam já encetar contactos e iniciativas, uma vez que muito trabalho já está feito.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

7. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para a audição do Ministro da Educação sobre Educação Especial; rede escolar e oferta formativa para o próximo ano letivo 2014/2015.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o requerimento.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Agostinho Santa (PS) que anunciou o voto favorável do PS, por entender que importa obter esclarecimento do Ministério sobre o que pretende fazer, nomeadamente em relação às ofertas formativas e à rede escolar.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) afirmou que a negociação da rede escolar está em curso com as autarquias e com as comunidades educativas, pelo que considera prematura a audição do Ministro, entendimento que se mantém em relação à Educação Especial, por ter decorrido pouco tempo para a assimilação das conclusões dos relatórios, quer do Grupo de Trabalho, quer do Conselho Nacional de Educação.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que está a ser cumprida a legislação, no que se refere à rede escolar, e em relação à Educação Especial, reafirmou a ideia de que passou ainda pouco tempo sobre entrega do relatório. A este propósito, e por serem apenas conhecidas algumas das conclusões, apresentou a proposta de a Comissão solicitar ao Ministério da Educação e Ciência o envio do relatório, para conhecimento dos Deputados, o que foi aceite por todos.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) lamentou as posições do PSD e do CDS-PP, por entender que este é o momento oportuno para discutir estas questões e para conhecer o trabalho que está a ser preparado pelo Governo, na sequência do relatório do Grupo de Trabalho da Educação Especial. Relativamente ao encerramento de escolas, recordou o voto favorável do PSD e do CDS-PP, em 2010, em relação ao Projeto de Resolução n.º 190/XII, do PCP (*Recomenda a criação de uma Carta Educativa Nacional e a suspensão da aplicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, que "Define os critérios de reordenamento da rede escolar"*).

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) requereu potestativamente a audição do Senhor Ministro da Educação e Ciência, para prestar esclarecimento sobre as questões enunciadas no requerimento que acabara de ser rejeitado, sugerindo o agendamento para sexta-feira, dia 20 de junho, ou para a seguinte, dia 27 de junho.

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

Dia 18 de junho de 2014 - 10h00 – Audiência com Ministro da Cultura da República Islâmica do Irão

Dia 24 de junho de 2014 - 14h30 – Conferência – O Futuro da Ciência em Portugal

Dia 25 de junho de 2014 - 10h00 – Audição SE Cultura

A reunião foi encerrada às 17:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de junho de 2014

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Ana Sofia Bettencourt
António Cardoso
Inês Teotónio Pereira
Laurentino Dias
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Odete João
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais